

A formação e ensino de rádio na década de 80: o contributo das rádios piratas

*Radio training and teaching in the
1980s: the contribution of pirate radio stations*

Ana Isabel Reis

Universidade do Porto / Faculdade de Letras
aisabelreis@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-9335-4574](https://orcid.org/0000-0002-9335-4574)

Resumo: Os anos 80 representam uma nova fase no panorama mediático português e, em concreto, na rádio. É a década do *boom* das piratas ou rádios livres. Para uma geração de jornalistas, as piratas foram uma inspiração, mas foram sobretudo uma ‘escola’ em que descobriram ou consolidaram vocações. Os que se iniciaram nas ondas ilegais aprenderam com os mais velhos vindos das emissoras nacionais e das antigas colónias, ciosos de implementarem a ‘rádio que sonhavam’ e aquilo em que acreditavam ser o ‘verdadeiro’ jornalismo: isento, fora da agenda institucional ou partidária, que ouvia tudo e todos, que era feito sobretudo na rua e em direto. A rádio do ‘aqui e agora’ e ‘mais próxima’, diferente da que existia. Os anos 80 marcaram também a formação quer profissional quer académica dos jornalistas. Depois da criação do primeiro curso universitário, surgem os centros de formação de jornalistas e organizam-se cursos também para o meio rádio. Este estudo pretende contribuir para a caracterização do que foi o fenómeno das rádios piratas nos anos 80 na vertente da formação dos jornalistas radiofónicos. Nesse sentido, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema, foram consultadas reportagens e notícias da época, e entrevistados profissionais do meio. O objetivo é o de melhor compreender o contributo que as rádios piratas deram para a formação dos jornalistas de rádio. Não se pretende saber se foi a formação de uma nova geração que mudou o jornalismo radiofónico ou se foi uma nova forma de fazer jornalismo radiofónico que exigiu outra formação. Ambos se vão interligando e influenciando na construção de uma etapa que marcou a história da rádio. O jornalismo radiofónico nos anos 80 desenvolveu-se em novos eixos. As piratas foram ‘escolas’ para uma geração que se afirmou nas redações: a geração pirata.

Palavras-chave: Rádio; Formação; Radiojornalismo; Rádios piratas; Rádios livres.

Abstract: *The 1980s represent a new phase in the Portuguese media landscape and, specifically, in radio. It is the decade of the boom of pirates or free radio. For a generation of journalists, pirates were an inspiration, but they were above all a ‘school’ in which they discovered or consolidated vocations. Those who started the illegal waves learned from their elders coming from national broadcasters and from the former colonies, anxious to implement the ‘radio they dreamed of’ and what they believed to be the ‘true’ journalism: exempt, outside the institutional or party agenda, who listened to everything and everyone, which was done mainly on the street and live. The ‘here and now’ and ‘nearest’ radio, different from the one that existed. The 1980s also marked the professional and academic training of journalists. After the creation of the first university course, journalist training centers were created and radio courses were organized. This study aims to contribute to the characterization of what was the phenomenon of pirate radio in the 1980s in terms of the training of radio journalists. In this sense, a bibliographic review on the subject was made, reports and news of the time were consulted, and professionals were interviewed. The objective is to better understand the contribution of pirate radio stations to the training of radio journalists. It is not intended to know whether it was the formation of a new generation that changed radio journalism or whether it was a new way of doing radio journalism that required other training. Both interconnect and influence the construction of a stage that marked the history of the radio. Radio journalism in the 1980s developed into new parameters. Pirates were ‘schools’ for a generation that made its name in the newsrooms: the pirate generation.*

Keywords: radio; training in journalism; radio journalism; pirate radios; free radios.

O Ensino do Jornalismo Radiofónico nos anos 80

A história do ensino do jornalismo em Portugal espelha o afastamento entre a universidade e o mercado de trabalho, entre os académicos e os jornalistas. Um fosso que atravessou gerações e que se centra no tipo de formação que cada parte entende como a necessária para o exercício da profissão de jornalista.

Em Portugal não existiu uma tradição de ‘escolas de jornalismo’ que conjugasse a formação humanística e as aprendizagens profissionalizantes (Mesquita & Ponte, 1997).

Prevaleceu a convicção de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Só nos anos 60 se começou a assistir a uma transformação. A discussão do ensino do jornalismo ligado à profissionalização da classe intensificou-se nesta década (Sobreira, 2003) e viria a dar frutos na década seguinte.

Até ao final dos anos 70 foram elaborados esboços de cursos superiores que não saíram do papel. Na ausência de um ensino académico ou profissionalizante, as emissoras nacionais organizaram cursos para formar jornalistas, técnicos, animadores e locutores saídos dos concursos de seleção. Na emissora estatal essa formação interna foi ministrada por profissionais da própria estação ou convidados estrangeiros, como por exemplo do Centro de Formação de Jornalistas de Paris (Bonixe, 2016) que inspirou os futuros cursos especializados na área da rádio. Um dos cursos para a formação de formadores foi dado em 1981 por Édouard Guibert¹ e que Adelino Gomes classifica como “muito importante” (entrevista pessoal, outubro, 2019) e uma inspiração. António Jorge Branco fez parte dessa equipa e organizou os cursos de formação quer no CFJ do Porto quer em algumas rádios locais antes e depois da legalização. Durante muito tempo a formação esteve confinada às próprias emissoras. Destaca-se aqui, o papel da Rádio Universidade² que começou a sua atividade em 1950 em colaboração com a Emissora Nacional e que se assumiu, ainda que informalmente, como uma escola de rádio:

O curso era dividido em três partes: no primeiro ano os alunos eram estagiários, não tinham acesso à cabine de locução e assistiam às aulas dos profissionais que já faziam rádio. No segundo ano, passavam a locutores provisórios e uma vez por semana tinham acesso ao microfone para ler textos, acompanhados de um “profissional” que lhes dava algumas aulas de dicção e sobre o funcionamento da mesa. No final do segundo ano, faziam provas de locução e passavam a locutores efectivos. Depois tinham direito a um programa semanal e ficavam à espera que as rádios profissionais os chamassem para trabalhar (Cordeiro, 2004, p. 7).

A Rádio Universidade foi uma espécie de academia e montra onde as estações iam buscar colaboradores (Santos, 2017), muitos transitaram para as emissoras nacionais e mais tarde fundaram rádios nos anos 80. Os estudantes universitários ou liceais do 6º e 7º podiam candidatar-se a colaborador da estação (Santos, 2017) e eram sujeitos a provas conforme recorda Adelino Gomes: “Deram-me uns papéis com textos em prosa e em verso, muito difíceis de ler, coisas escritas pelo Aquilino Ribeiro — com regionalismos — tudo o que fosse complicado

1 Édouard Guibert, jornalista francês, iniciou o seu percurso profissional na ORTF, foi diretor da France 3, integrou ainda o Syndicat National des Journalistes, foi formador e diretor do Centre de Formation des Journalistes de Paris

2 A RU nasceu de uma associação entre a Mocidade Portuguesa e o Centro Universitário de Lisboa

e exigisse que mostrássemos que tínhamos articulação, um bom timbre e a capacidade de ler palavras difíceis. Penso que havia uma entrevista, mas a terceira prova (aquela que me agradou mais) foi uma *soi-disant* reportagem. Isto é, davam-nos um tema e diziam: “Imagine que está no local e fale”. (...). Davam-nos dois ou três minutos para pensar, falávamos e depois mandavam-nos calar” (REC, 2.1.2019). Depois de admitidos não havia uma formação formal, como revela Joaquim Furtado, mas um processo de aprendizagem baseado na experiência dos mais velhos e na experimentação: “Os que chegavam de novo tinham uma espécie de estágio com os que já estavam, era uma passagem de testemunho, mas era sobretudo uma transmissão de informações básicas sobre o que é chegar ao microfone, pôr um disco no prato e pô-lo a rodar, apresentá-lo, montar programas, editar...e as pessoas saíam também diferentes” (REC, 6.1.2019). Diferentes porque, como explica Adelino Gomes, tudo se discutia: “era uma discussão continuada entre nós, os programas faziam-se, mas não se limitavam ir para o ar, era discutido em grupo, passávamos horas a experimentar. Mais importante do que os programas eram as experiências que fazíamos procurando outra linguagem” (REC, 6.1.2019). Para Joaquim Furtado foi uma “geração que transformou formalmente a rádio” (REC, 6.1.2019).

A Rádio Universidade foi uma escola para muitos profissionais que, apesar da censura, vislumbraram uma nova forma de fazer rádio e jornalismo e que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes ao nível da formação e da montagem dos novos projetos radiofónicos antes e pós a legalização das rádios locais.

Os cursos superiores estavam ainda em esboço e só seriam concretizados a partir do final da década de 70. Nessa altura, em 1979, foi integrada nos cursos complementares do Ensino Secundário, uma disciplina de Iniciação ao Jornalismo (Canavilhas, 2009, p. 59) que se manteve nos currículos de Humanísticas até ao final dos anos 80. O programa abordou questões relativas ao contexto mediático e noções básicas da escrita na imprensa, rádio, televisão e cinema. Sobre a Rádio, o manual não circunscreve o som à rádio, tem uma abordagem mais multidisciplinar que denomina “Território do áudio”: história da rádio e pioneiros, audiosfera, disco, computador na música, ‘fabrico’ de mensagens sonoras, rotinas de produção noticiosa, regras de escrita da notícia em rádio, o panorama radiofónico português e as audiências, lei da rádio e ainda “Rádio e TV e as forças políticas e económicas” (Lopes, 1988). No prefácio de *Iniciação ao Jornalismo AudioVisual*, assume-se que não se trata de um manual didático. O objetivo é o de dar pistas que permitam um entendimento do jornalismo radiofónico e televisivo (Lopes, 1988). Curiosamente, este manual aborda já o fenómeno das rádios piratas. São publicados dois gráficos com a distribuição das “rádios locais por regiões do país no primeiro trimestre de 1988” e a percentagem de ouvintes por grupos etários das estações de Rádio Local (incluindo-se as não legalizadas)”. O enquadramento histórico da rádio termina precisamente em 1988 com o relato dos diversos encontros de radialistas e políticos com vista à legalização das piratas que o autor chama de ‘rádios paralelas’: “conforme

me parece mais correto chamar-lhes” (Lopes, 1988, p. 207)³. Mais tarde, em 1989, no Ensino Profissional (equivalente aos 10º, 11º e 12º anos) é criado o curso Técnico de Comunicação/ Técnicas de Audiovisuais/ Técnicas Jornalísticas (Canavilhas, 2009). Ou seja, a partir do 9º ano os estudantes tinham noções básicas sobre jornalismo e sobre os diferentes meios de comunicação, nomeadamente a rádio e as piratas o que terá certamente contribuído para o número crescente de jovens que ‘bateram à porta’ das emissoras locais que também aí viram uma oportunidade para recrutarem voluntários para o quadro de colaboradores.

A disciplina de Iniciação ao Jornalismo estava integrada na vertente de Humanísticas, área vocacional dos candidatos ao primeiro curso universitário da área. Depois de anos a esboçar projetos e do fracasso do Curso de Reciclagem em Comunicação Social na Nova (Mendes, 2011, pp. 56-63) surge em 1979 o primeiro curso de Comunicação Social. O curso na Universidade Nova de Lisboa foi o primeiro oficialmente reconhecido. Aliar a teoria à prática foi o grande desafio, mas a componente prática acabou por não concretizar as expectativas dos profissionais já que o curso foi criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação (Mendes, 2011). As Unidades Curriculares eram predominantemente teóricas, apenas 9% eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística (Mendes, 2011). Dois pontos comuns aos cursos surgidos nesta época é o facto de nem sempre integrem no seu corpo docente profissionais da área e de não possuírem recursos/equipamentos para as disciplinas práticas, como por exemplo, estúdios.

O curso da Nova apontava para uma competência generalista em comunicação, que permitiria enquadrar um leque diversificado de saídas profissionalizantes (Mesquita & Ponte, 1996, 1997), mas acabou por espelhar o afastamento entre a academia e as redações; (Mesquita & Ponte, 1996, 1997; Pinto, 2004). Os jornalistas não se reviam neste curso (Mendes, 2011) e aspiravam a uma formação de cariz mais prático que apostava não apenas na formação de base, mas também na formação contínua. Por iniciativa de jornalistas e de organismos que os representavam foram criados dois centros de formação: o CFJ e o CENJOR. Inspirados no modelo francês, ambos tinham uma vertente fortemente prática e visavam não só a formação de novos profissionais como a atualização ou aperfeiçoamento dos que já estavam a trabalhar nos órgãos de comunicação social, nomeadamente nas rádios, sobretudo nas piratas/locais. Um dos formadores foi António Jorge Branco, como anteriormente se referiu, que ministrou vários cursos de curta duração, um deles, em 1985, no CERCOS-Centro Experimental de Rádio e Comunicação Social/Secção Sonora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. A CERCOS tinha uma rádio com emissão interna e de onde saíram alguns nomes que viriam a integrar projetos piratas ou já legais.

3 O conceito de rádios paralelas “é utilizado para justificar as rádios que existem em simultâneo com as rádios oficiais, pertencentes ao Estado. (Bonixe, 2019:14)

O CFJ — Centro de Formação de Jornalistas no Porto foi criado em 1983 e foi o primeiro a lançar um curso de formação de animadores de rádio cujos diplomas foram entregues a 7 de março de 1988 durante um debate público sobre a situação das futuras rádios locais que reuniu deputados e radialistas das piratas (Cadernos de Jornalismo, 1988: 5). Em julho do mesmo ano organizou um curso de Operadores de Rádio. Dados do CFJ indicam que entre julho e dezembro efetuou-se um curso de 700 horas sobre “Radiojornalismo” e em novembro o curso de “Jornalismo de Rádio”. Ou seja, o CFJ direcionou a sua formação no sentido de apoiar as rádios na reta final da ‘era piratas’ e com vista à formação de profissionais para as locais que seriam legalizadas em 89. Foi do CFJ que nasceu, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo cujo bacharelato foi oficialmente reconhecido no ano seguinte, quando saíram os primeiros bacharéis. Com o crescimento da ESJ, centrada na formação académica dos estudantes vindos do 12º ano, o CFJ redefine o seu papel e aposta na formação dos jornalistas profissionais (Pinto & Sousa, 2003).

Em 1986 é criado em Lisboa o CENJOR — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Só mais tarde faria cursos por áreas de especialização direcionados, por exemplo, para a rádio.

Quer o CFJ quer o CENJOR beneficiaram das verbas do Fundo Social Europeu a que Portugal passou a ter acesso depois da adesão à CEE — Comunidade Económica Europeia. A estes fundos candidatou-se também a TSF que viu aqui uma oportunidade de formar uma equipa e de se afirmar como um projeto profissional com vista à legalização. A TSF organizou um primeiro curso em maio de 1987 com a duração de seis meses e um estágio final de 3 meses na redação. “A TSF era o que não conseguíamos fazer na RDP, no jornalismo, nós eramos os inconformados da RDP” começa por dizer Adelino Gomes (entrevista pessoal, outubro, 2019), o objetivo era tentar “formar a primeira geração a seguir a nós (...). Queríamos uma nova geração, feita à nossa imagem. Tínhamos condições para fazer o curso seis meses (...) com conforto económico porque havia dinheiro para comprar equipamentos para fazer formação técnica e teórica, havia dinheiro para contratar pessoas para formadores, para pagar convidados”. O responsável do curso destaca as três grandes qualidades para se ser jornalista e que foram os pilares do curso: ser competente, ético e independente. “Competentes tecnicamente e do ponto de vista criativo; e tínhamos outra ideia, a do homem e da mulher da rádio que iam ao microfone e podiam fazer um programa, um noticiário, uma reportagem, uma entrevista, um programa da manhã, tudo subordinado à informação, o tipo completo com essas valências todas” e “técnicos com sensibilidade jornalística”. Essa noção de saber fazer um pouco de tudo estava subjacente ao curso e ao conceito do jornalista/jornalismo que os fundadores da TSF queriam desenvolver como recorda uma das formandas, Elisabete Caramelo: “Os animadores tinham formação diferente da nossa, mas também tínhamos a noção do que era animar, colocar discos, fazer programas para perceber a estrutura da rádio (...) cheguei a fazer animação de emissão, mas informativa...era no fundo perceber como é

(...) podíamos fazer o lançamento das notícias fora dos noticiários e como animar. Era bastante abrangente” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca, formando da área técnica, diz que a mensagem transmitida era de que a TSF “não queria ter jornalistas, animadores e técnicos, mas profissionais de rádio, qualquer pessoa podia fazer qualquer coisa”, embora os técnicos não tivessem tido formação jornalística e houvesse uma efetiva separação de funções (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Ao curso candidataram-se cerca de 600 pessoas que enviaram um currículo e uma carta de motivação. Procuravam-se novos valores com um perfil específico: “a primeira seleção era a carta, não só a forma como a escrevíamos, mas era manuscrita e uma psicóloga e grafolista analisou as cartas e viu quem é que verdadeiramente tinha a ver com a rádio” explica Elisabete Caramelo (entrevista pessoal, outubro, 2019). A primeira seleção foi feita por “dois catedráticos de Psicologia” porque o “jornalismo tem de ser exercido por pessoas que tenham do ponto de vista físico e mental capacidade para estar em situações de grande stress” — as palavras são de Emídio Rangel numa entrevista publicada no livro *Jornalismo em Liberdade*: “rapazes ou raparigas que podiam estar aqui ou na Guerra do Golfo” com “força mental, força física e ter capacidades e qualidades. Os testes de psicologia davam-nos isso” (Figueira, 2009, p. 112). Foram também feitos testes de cultura geral, língua portuguesa, testes psicotécnicos e provas de voz. Foram escolhidos 60 candidatos para um curso com duas formações distintas, uma para animadores e jornalistas, e outra mais técnica para operadores, sonorizadores e radiotécnicos. O curso teve uma vertente teórica em que constavam disciplinas como a Língua Portuguesa, Relações Internacionais, Instituições Europeias, Deontologia, Economia, História do Jornalismo, Teorias da Comunicação. A vertente prática destacava a notícia e a reportagem, o direto, voz e dicção. Neste último ponto Adelino Gomes faz uma ressalva, “tivemos a preocupação de dar aulas de voz e dicção, queríamos melhores vozes, educadas, não era o culto da voz, era um contributo para melhorar qualidade da informação, a voz como instrumento de comunicação” (entrevista pessoal, setembro, 2019). A forma de comunicar as notícias estava intimamente ligada à linguagem, uma das espinhas dorsais do curso. Para Francisco Sena Santos, um dos formadores e fundador da TSF, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam foi uma batalha difícil porque muitos dos formandos vinham de cursos superiores das letras, era complicado... vamos simplificar isso” (entrevista pessoal, junho, 2019). Os formadores vinham de áreas distintas, desde “gente com provas dadas na rádio portuguesa” a “profissionais dos diferentes ramos da Comunicação Social” (*Expresso*, 29.8.1987) e especialistas do meio académico.

No final, cada formando fez um programa de rádio que foi avaliado por um júri de profissionais e elementos da sociedade civil. Pedro Brinca lembra-se “de haver reportagens muito elaboradas e a cumprir preceitos, e houve quem fizesse ensaios usando a mais pura criatividade. A atitude dos formadores não foi uma atitude crítica, foi mais: olha aqui está um caminho estético ou foi explorado um novo caminho. Saímos do curso por um lado conhecendo as

regras e por outro sentindo que podíamos fazer tudo o que quiséssemos, foi essa mensagem de liberdade criativa” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Transversal à teoria e à prática estava o debate de ideias, uma metodologia introduzida por Guibert anos antes no curso da rádio estatal e que “era obrigatório”, como descreve Francisco Sena Santos: “o funcionamento da redação assentava nisso, perdeu-se anos depois, mas no arranque (do turno) era obrigatória a conferência de redação, a conferência crítica no final com a escuta dos jornais da hora certa (...) com discussões muito vivas” (entrevista pessoal, junho, 2019). Essa permanente discussão é um dos fatores mais destacados pelos formandos. Elisabete Caramelo foi da Rádio Comercial para a TSF, reconhece a diferença nas metodologias de trabalho e na forma como o jornalismo era encarado: “havia uma coisa muito diferente da rádio onde eu tinha estado, havia um trabalho de equipa, a discussão, o pôr em causa, pormos em causa uns aos outros. A TSF era muito isso porque isso vinha do curso, estávamos sempre a pôr em causa (...) não era um julgamento era uma discussão aberta, isso era muito enriquecedor” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca descreve os alunos como uma “amálgama heterogénea de formandos que conseguiram criar um grande entrosamento entre si e a ter ideias muito loucas e os formadores deram liberdade a que estas ideias fossem fluindo (...) já se começou a inovar durante o curso e essa inovação não me parece que tenha vindo dos formadores porque eles vinham do modelo clássico. Acho é que os formadores tiveram a capacidade de dar liberdade aos jovens para encontrar o seu caminho” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Deste curso saíram os jornalistas, animadores e técnicos que formaram a equipa inicial da TSF juntamente com os profissionais seniores. Uma iniciativa inédita, escrevia o jornal *Expresso*, que invocando a Rádio Universidade questionava: “há quanto tempo o meio radiofónico não assiste a uma renovação dos seus quadros”? e perspetivava um futuro de pleno emprego para os recém-formados no pós legalização das rádios locais (*Expresso*, 29.8.1987).

Os projetos profissionais que visavam ter uma frequência legal deram relevância a uma formação mais sustentada da sua equipa. Na ausência de um ensino profissional estruturado e em face de um ensino académico mais teórico, as rádios recorriam a quem já ministrava cursos, mesmo que fossem da concorrência. Foi o caso da Rádio Geste que quando se apresentou dizia “preocupar-se, desde já com a formação de novos quadros que em breve terão acesso à antena”⁴ e que iria recrutar os novos radialistas nos cursos de formação da RTP e da TSF. Alguns destes formandos estavam já em rádios piratas ou queriam integrar projetos mais profissionais. A Rádio Geste aproveitou essa oportunidade “para ir ‘pescar’ os que estavam disponíveis”, afirma Henrique Garcia que liderou o projeto, “recrutámos de acordo com um perfil que tínhamos para o modelo de rádio que pretendíamos pôr em prática e, no caso

4 Texto no prospeto de apresentação da RGT-Rádio Geste “A sua rádio privada” em 1987

dos que ainda não tinham grande ou nenhuma experiência profissional, sempre com uma prova de seleção. Houve caso de candidaturas espontâneas tanto para a Informação, como para a Programação. Pediam-se currículos, avaliavam-se e faziam-se provas” (depoimento escrito, outubro, 2020).

Outras rádios piratas revelaram a preocupação em formar as suas equipas. Numa notícia publicada no jornal *Repórter de Setúbal* em julho de 1985, o responsável pela Rádio Azul de Setúbal dizia isso mesmo: “Quanto aos meios humanos consideramos que se trata de um autêntico investimento de capital humano, em termos de esta rádio se tornar uma escola de formação de futuros profissionais”. De uma forma mais ou menos informal ou organizada algumas emissoras, de menor dimensão do que a TSF, sobretudo as que aspiravam à legalização, apostaram em formações internas com formadores da área ou em sessões com jornalistas da casa mais experientes. Era uma formação não sistematizada, ancorada na prática do dia-a-dia e na discussão das práticas e rotinas jornalísticas diárias. Aliás, essa necessidade de discutir e colocar tudo em causa e que era apanágio do curso da TSF, tinha raízes na experiência na Rádio Universidade onde alguns dos formadores se tinham estreado. Uma metodologia de ensino em que o trabalho era analisado, questionado e desconstruído para se aprender e evitar repetir erros. Em todos os testemunhos é notória a preocupação com o aprender a fazer, mas só em alguns casos se denota a necessidade de refletir sobre aquilo que se faz. A formação está num patamar entre a prática e a teoria, não se limita ao saber fazer, mas também não aspira à teorização, antes procura refletir sobre as práticas jornalísticas, a ética, as rotinas produtivas, o jornalismo e o papel do jornalista. Questiona-se a si própria, reflete, mas nem sempre é claro que aplique de forma estruturada o resultado deste método. Havia rádios em que este processo era consciente e assumido, o que, no universo das centenas de piratas, se resumia aos projetos mais profissionais que procuravam responder ao que a nova Lei da Rádio viria a estipular assim como as regras do concurso de atribuição de frequências locais. A esmagadora maioria das piratas não teve estas preocupações, representaram aquilo a que se denomina ‘a escola da prática’, não estruturada nem consciente do seu papel na formação de novos profissionais da rádio, nomeadamente jornalistas.

Os jornalistas na Rádio dos anos 80: rejuvenescimento e reconfiguração

Na década de 80 a classe jornalística está em transformação. As mudanças são transversais a todas as áreas e afetam em maior ou menor escala as diversas redações. Assiste-se àquilo a que Paquete de Oliveira classifica como uma “alteração significativa na composição social dos produtores da informação” (Oliveira, 2017, p. 92) e Garcia (2009) chama de “recomposição do grupo profissional”. É a década da feminização e rejuvenescimento da classe, este último, muito em parte devido às rádios piratas responsáveis pela entrada de um grande

número de jovens que, com o tempo, foram tomando lugar nas redações. A juntar a estes dois fatores há ainda o do aumento da escolaridade dos jornalistas e da sua formação específica na área. Os primeiros alunos dos cursos de jornalismo chegaram aos órgãos de comunicação social em meados da década de 80, em pleno ciclo das privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos media (Mesquita & Ponte, 1996, 1997).

Podemos distinguir três níveis de formação no acesso à profissão: a tarimba (sem formação profissional ou superior); a frequência inacabada ou concluída do ensino superior; e a frequência de cursos de formação profissional.

Em 1984, 48% dos jornalistas tinha frequência universitária ou licenciatura, em 1988 eram 46,3% (Garcia, 2009, p. 75). A este decréscimo não será alheio o facto de alguns dos jornalistas deixarem a universidade face às muitas solicitações do mercado de trabalho. Muitos não concluíram os cursos ou as formações, ingressando precocemente nas redações. Alguns viriam a concluir as licenciaturas anos mais tarde beneficiando das vagas para profissionais em algumas universidades. Numa época em que o mundo passou por profundas transformações e foi marcado pela revitalização no setor dos media com o aparecimento de novos jornais e rádios, o mercado tinha necessidade e capacidade para absorver gente nova a uma velocidade que não se compadecia com a duração dos cursos universitários, entre 3 a 5 anos. Outro fator a ter em conta é o enquadramento legal de acesso à atividade jornalística que não exigia habilitações específicas para obter o título profissional.⁵ Esta conjugação de fatores fez com muitos interrompessem os estudos e abraçassem desde logo a carreira de jornalista, em particular nas rádios piratas.

O jornalismo sempre esteve associado ao movimento da radiodifusão local portuguesa (Bonixe, 2019), foi um dos motores do surgimento, desenvolvimento e sucesso das rádios piratas. Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor. No Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983 apresentado por Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) sobre serviços locais de radiodifusão podia ler-se nos pontos 8 e 9 do Preâmbulo:

os serviços locais de radiodifusão sonora serão na prática as escolas de jornalismo que o nosso país carece. A existência de apenas um estabelecimento de ensino dedicado à formação de jornalistas obriga ao recrutamento de muitos radialistas sem a mínima preparação, insuficiência que se poderia remediar através de um primeiro estágio dos candidatos a profissionais da comunicação social a fazer serviços locais de radiodifusão sonora.

5 A Lei 62/79 de 20 de setembro do Estatuto do Jornalista apenas define como com condição para a emissão do título profissional que se exerça jornalismo em regime de ocupação principal, permanente e remunerada. O atual Estatuto de Jornalista, no artigo 5º sobre o Acesso à Profissão, já refere a necessidade de uma licenciatura na área ou equivalente.

Ponto 9 — O actual quadro de emissoras existentes reduz drasticamente a oferta de postos de trabalho à camada etária mais jovem e impede a renovação dos quadros actualmente em funções (Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983).

A Lei da Rádio de Lei da Rádio n.º 87/88, de 30 de julho não toca nestes pontos, mas conduz à profissionalização da classe ao exigir que a coordenação dos serviços noticiosos nas estações de cobertura regional e local sejam assegurados por jornalistas profissionais ou detentores do “cartão de jornalista da imprensa regional”, ou seja, com carteira profissional. A profissionalização era, de resto, um dos pontos valorizados na apreciação das candidaturas à atribuição das frequências locais e regionais. No Regulamento do Concurso Público para a atribuição de alvarás o Artigo 10º é claro ao considerar condição preferencial as candidaturas de sociedades “constituídas maioritariamente por profissionais de comunicação social e que “apresentem projetos com “maior grau de profissionalismo”. Por via legislativa punha-se termo ao ‘exercício pirata’ da profissão de jornalista radiofónico.

Em 1990, o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas portugueses e os dados do Sindicato de Jornalistas permitem concluir que há uma ‘nova tarimba’ caracterizada por uma entrada precoce na profissão de ‘aspirantes ao jornalismo’, com baixos rendimentos, entrados na profissão através dos meios regionais, com menos de 25 anos, 2 anos de profissão ou estagiários (Garcia & Castro, 1993). São 15,48% do total de jornalistas que entraram pelas rádios locais e imprensa regional. Com dois anos passados sobre a legalização das locais, podemos afirmar que este resultado mais não é do que o reconhecimento das rádios piratas como um dos vetores do rejuvenescimento da profissão. Mas também como veículos da precariedade e da desprofissionalização (Garcia, 2009). Mesquita já o tinha reconhecido quando anos antes escreveu que a partir de 1985 e mais acentuadamente a partir de 1987, fenómenos como o das rádios locais, privatizações na imprensa escrita e a abertura da televisão a operadores privados desempenharam um papel decisivo na revalorização da profissão de jornalista (Mesquita, 1994) e que o panorama profissional a nível regional — em especial nas rádios locais — “constitui uma área privilegiada para a intervenção dos centros de formação profissional” (Mesquita, 1994, p. 83).

O retrato dos meios locais é resumido por Pissarra Esteves em poucas palavras e é também o retrato das rádios nesta década: um sector muito marcado pela improvisação, autodidatismo, amadorismo. O autor chama a atenção para o facto de “o entusiasmo que sobra não pode colmatar a falta de qualificação” e clama por uma nova qualidade e um novo rigor profissional só possíveis com uma “formação qualificada” (Esteves, 1988, pp. 63-64). Só no final dos anos 90 começaram a ser valorizadas as habilitações académicas de nível superior (Graça, 2009, p. 139) para ingressar no jornalismo e atribuir a Carteira Profissional de Jornalista.

As piratas abrem as portas às profissões da rádio de forma anárquica e desregulada, sem que haja critérios, habilitações requeridas ou formação de base. Mas se as piratas contribuem, de certa forma para a desprofissionalização do jornalista radiofónico, a legalização

contribui para a reprofissionalização, legitimada quer pela Lei da Rádio de 88 quer pelo regulamento da atribuição de frequências locais ao exigir que os projetos concorrentes integrem obrigatoriamente jornalistas com carteira. A longo prazo, este processo de regularização acabou também, a par dos contextos económico e publicitário, por contribuir para voltar a fechar o acesso à rádio e às profissões da rádio. Uma tendência que se viria a consolidar já no século XXI em que o acesso às redações se faz sobretudo com uma licenciatura em Ciências da Comunicação e depois de realizados estágios, nomeadamente nas emissoras, embora isso não signifique o posterior ingresso na profissão.

O que aconteceu na década de 80 traduz a ampliação do espaço radiofónico com a explosão das rádios piratas ou livres em todo o país e a afirmação da tendência de rejuvenescimento da classe. Os profissionais de rádio e em particular os jornalistas radiofónicos são uma classe em franco crescimento que entra pelo período da legalização das rádios locais, registando a primeira quebra quando os projetos sofrem também os primeiros reveses. A criação de novas estações de rádio abriu oportunidades para os jovens se afirmarem nas redações (Mesquita, 1994) que antes dificilmente lhes abriam portas. As piratas foram ainda a porta de acesso às profissões dos media, em particular da rádio, em que as provas de acesso às emissoras nacionais eram extremamente seletivas.

Dados da CCPJ indicam que entre 1982 e 1986 existiam 53 jornalistas de rádio, no período de 1987-91 eram 268. Em 1987 iniciaram a profissão na rádio 30 jornalistas, em 1988 foram 43 e no ano seguinte foram 88 (Rebello, 2011). Ainda em 1987 num estudo do semanário Expresso, das 126 rádios locais referenciadas 20 não possuíam redação, 59 tinham, mas sem jornalistas profissionais e só 47 eram coordenadas por jornalistas (Bonixe, 2019). A média de idades de quem trabalhava ou colaborava nas piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade (Bonixe, 2019).

Desta forma, é possível traçar o perfil do jornalista da rádio pirata: jovem; ouvinte de rádio e das rádios piratas; sem experiência anterior na rádio; sem formação superior na área ou com formação superior não concluída ou estudante de jornalismo; é motivado pelo gosto, paixão, curiosidade; transita ou acumula com o jornal local; o jornalismo não é a ocupação ou profissão principal. O acesso à rádio faz-se por sua própria iniciativa — o ‘bater à porta’ — ou por ter ligações a conhecidos que já colaboravam ou trabalhavam na rádio e que facilitavam o contacto inicial.

Rádios Piratas: uma ‘escola’ do jornalismo radiofónico

A realização deste estudo engloba uma revisão bibliográfica sobre o tema, entrevistas pessoais, consulta a reportagens e notícias sobre as rádios piratas. Com base no que foi recolhido partiu-se da premissa de que as rádios piratas foram uma ‘escola’, sobretudo a ‘escola da prática’, para os profissionais que começaram o seu percurso nos anos 80 e na rádio. Assim,

foram estabelecidas 4 categorias que permitissem compreender como se fazia o acesso à rádio pirata, com quem se ‘aprendia’ e como, e o que essa experiência representou na decisão de ser jornalista.

1. Acesso

Para fazer um programa numa pirata bastava ter vontade e iniciativa. Só os projetos mais profissionais, seguindo o modelo das rádios nacionais, realizavam provas de seleção e eventualmente, uma formação. Os depoimentos dessa época vão todos num mesmo sentido, o de que as piratas foram uma oportunidade para finalmente entrar num estúdio e fazer rádio: “O espaço estava bloqueado para quem quisesse fazer rádio” — Francisco Amaral (Reis, Ribeiro e Portela, 2014: 182); “sem as piratas não havia hipótese de trabalhar” em rádio — José Carlos Barreto (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 212), “a grande virtude desses tempos foi a grande quantidade de gente que entrou na comunicação por via da rádio” — Luís Miguel Pereira (SIC, 2013); “tínhamos algum jeito, alguma vontade e queríamos fazer coisas” — Mário Nicolau (JPN, 2014).

O acesso às grandes rádios nacionais era seletivo, havia concursos, provas escritas e orais, avaliação da voz e da dicção e, em alguns casos, uma formação para os que eram selecionados. As profissões da rádio passavam por um crivo fino em que o acesso era praticamente vedado. As primeiras rádios fora do espectro legal vieram alterar esse panorama, democratizaram, mas também anarquizaram o acesso ao microfone.

2. Aprender: com quem

As rádios e as redações das piratas eram constituídas por gente que tinha outras profissões. A rádio era um *hobby*, uma segunda ocupação e, para muitos, viria a tornar-se uma profissão a tempo inteiro. As reportagens nos jornais elencavam essa diversidade nas equipas das rádios: “Um jornalista, um produtor de TV, um engenheiro de telecomunicações, um professor do ensino secundário, um técnico de informática, um advogado, dois industriais de hotelaria e o mais velho pirata (...)” (Se7e, 26.6.1985); “Um jornalista, estudantes e desempregados” (Se7e, 7.10.1983); “a estrutura inicial da estação assentou em um grupo formado por engenheiro eletrotécnico, médica psiquiátrica, jornalista, encenador, radiotécnico” (Santos, 2020, p. 167). Exemplos de diversidade que refletiam a falta de conhecimentos teóricos, mas também práticos sobre como ‘fazer rádio’.

Seniores e jovens estavam num mesmo plano: “não havia ninguém que soubesse mais do que os outros” — João Paulo Meneses (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 191); “não havia

uma coordenação ao nível superior, cada um fazia o que bem entendia” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 165). Ou seja, todos aprendiam com todos. Na sua maioria as piratas eram feitas de raiz por curiosos e amadores, num cenário que remete para a época dos senfilistas dos primórdios da rádio: construíam os próprios equipamentos, montavam o ‘estúdio lá em casa’, reuniam amigos para fazer programas depois de saírem do trabalho. Algumas estagnaram neste modelo outras evoluíram para patamares com diferentes graus de profissionalização e diferentes objetivos. As que aspiravam à legalização apostavam na formação de uma forma mais ou menos sistemática e organizada o que também refletia o seu grau de profissionalismo.

3. Aprender: como

Nem sempre os jovens ‘jornalistas’ tinham formação na área, mas alguns tinham frequentado a disciplina de jornalismo no Secundário ou os cursos de jornalismo. Era uma espécie de habilitação especializada ou qualificada que serviu os interesses das rádios e dos jovens aspirantes a jornalistas: “[Na RUP havia um protocolo com a ESJ e os alunos] podiam ir para lá testar aquilo que estavam a aprender e fazer alguns noticiários” — Aurélio Gomes (*JPN*, 2014); “Os responsáveis da estação [Rádio Caos] preveem a entrada de vários profissionais e de alunos de jornalismo” (*Expresso*, 7.6.1986); “Quanto é preciso existem alguns colaboradores e os cooperantes procuram entre os alunos de jornalismo do ensino secundário, jovens que possam tornar-se profissionais de informação local. (...). Já encontraram um. “Parece que nasceu para isto”, diz de um adolescente colaborador” (*A Capital*, 3.7.1985); “Na informação nós temos 17 pessoas, a grande maioria da Escola de Comunicação Social. Vêm técnicos estagiar aqui” — António Varela (*Jornal Ilustrado*, 9.1.1987). O que se aprendia? As equipas eram versáteis e faziam um pouco de tudo: “todos produzem todos animam, todos escrevem, todos montam, assim é o CMR” [Correio da Manhã Rádio] (*Correio da Manhã*, 19.1.1988). A ‘escola’ era a prática do dia-a-dia: “Fomos aprendendo outras as coisas (...) tudo num estilo de jornalista-estudante, de aprendiz” — David Pontes (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 174); “o logo vê como resulta foi muito importante (...) indicou-me o caminho do experimentalismo, de não estarmos agarrados a um modelo (...) quando se desconhece por completo as regras, ousamos e vamos para lá das regras, criando coisas novas” — Joaquim Franco (Reis, Ribeiro e Portela, 2014, p. 201); “Aprendi a cometer erros lá, foi uma espécie de estágio” — João Paulo Meneses (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 191); “tentei repetir algo que tinha ouvido (...) uma influência grande dos programas que ouvíamos na altura” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro e Portela, 2014, p. 165).

O processo de aprendizagem era autodidata, baseado na tentativa-erro, na experimentação que abria espaço a alguma inovação, mas também no erro persistente sem que nada

fosse monitorizado. Os modelos de reprodução/imitação do que se ouvia nas rádios nacionais também nem sempre resultavam numa aprendizagem efetiva.

4. Profissão: Jornalista

A passagem pelas rádios piratas serviu também para descobrir ou consolidar vocações. A palavra ‘paixão’, desde sempre associada ao exercício das profissões da rádio, é uma constante. Sem horários e com uma dedicação quase sem limites grande parte da ‘geração pirata’ assume que a experiência foi essencial e decisiva para escolher a profissão: “foi marcante para a minha geração” — Joaquim Franco (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 201); “esse percurso fez de mim um profissional diferente (...) se não tivesse sido a rádio local (...) não teria sido jornalista” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 167); “a rádio universitária a par de outras experiências que eu tive enquanto ainda era estudante determinaram a minha vida, determinaram a minha escolha de vida, determinaram a minha escolha pelo jornalismo e a minha entrada no jornalismo” — Luís António Santos (*JPN*, 2014); “estou apaixonada e farei tudo para ser jornalista” (*Diário Popular*, 3.7.1986); “Se não existissem as rádios piratas não estaria aqui hoje seria outra coisa qualquer, trabalhava num banco, numa agência de seguros” — Luís Miguel Pereira (*SIC*, 2013).

As piratas apontaram o futuro para muitos jornalistas na rádio, mas também nas televisões, nos jornais e, mais tarde, no online. Foram o ponto de partida. Na década de 90 o facto de as televisões privadas terem ido buscar à rádio jornalistas para arrancarem com os novos projetos deveu-se em muito à aprendizagem que tiveram nas piratas e nas locais: uma outra forma de fazer jornalismo, as competências para o direto e para o improvisado, a eloquência própria do discurso radiofónico, a versatilidade. A esta estratégia não será alheio o facto de as televisões terem sido fundadas por figuras que tinham construído os mais relevantes projetos de rádios piratas/locais.

Conclusões

Durante a década de 80 existiram em Portugal 300 a 800 rádios piratas espalhadas por todo o país (Reis, 2014). Neste número estão desde os projetos irregulares e de bairro aos projetos mais ou menos amadores que emitiam com regularidade até aos projetos profissionais que se tinham constituído como cooperativas com enquadramento legal, com uma vida fiscal regularizada, um quadro de pessoal efetivo com as contribuições em dia. O grau de profissionalização pode servir de base à diferenciação das piratas enquanto ‘escolas’ de jornalismo. Assim, podemos concluir que há dois níveis de caracterização da formação dos jornalistas de rádio tendo as piratas como ‘escola’:

**Projetos menos profissionais ou amadores:
Tipo de Formação — ‘Tarimba’**

1. Auto candidaturas de jovens estudantes
2. Aprendizagem autodidata feita num contexto de amadorismo sem um objetivo preciso ou a longo prazo
3. Formação com base na experimentação
4. Formação sem orientações e sem seguir regras
5. Aprender com o erro
6. Prática com incidência no improviso, na reportagem, no direto (com ou sem mediação), e na entrevista
7. Formação ‘*multitasking*’ sem separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas, administrativos, comerciais...

**Projetos mais profissionais:
Tipo de Formação — Teórico-prática e em tempo real**

1. Auto candidaturas ou recrutamento e seleção de jovens dos cursos de jornalismo ou estudantes, que frequentaram ou não a disciplina de Iniciação ao Jornalismo no secundário
2. Organização de cursos de formação internos ministrados por profissionais das emissoras oficiais que também integravam os projetos piratas ou com eles colaboravam
3. Inspiração no modelo francês para os cursos de formação: teórico-prático
4. Aprendizagem programada e planeada com um objetivo: montar um projeto profissional com vista à legalização
5. Equipas que conjugavam seniores e jovens com pouca experiência: aprender com os mais velhos, inovar com os mais novos
6. Formação com incidência na reportagem, no direto, no improviso e na entrevista
7. Ensino de regras e conceitos, orientada e discutida
8. Formação ‘*multitasking*’ com separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas

A anarquia nas ondas hertzianas e no acesso e exercício da profissão acabou por encontrar o caminho da regulamentação e da profissionalização impostos pela via legislativa que culmina com a atribuição de frequências às rádios locais. As locais continuaram a ser ‘escolas’ e a rampa de acesso à profissão, uma função que se foi diluindo na década seguinte conforme os projetos foram sendo absorvidos por rádios/grupos maiores ou fechando por falta de sustentação financeira.

Como foi referido não se pretende saber se foi a formação de uma nova geração que mudou o jornalismo radiofónico ou se foi uma outra forma de fazer jornalismo radiofónico que exigiu outra formação. As raízes de uma nova ‘escola’ começaram muito antes da década pirata, nasceram de uma geração de jornalistas que não se revia no jornalismo que se fazia pós-25 de abril, muitos tinham começado na Rádio Universidade ou frequentado as ações de formação de Guibert, outros tinham vindo das antigas colónias. Todos aspiravam a uma rádio e a um jornalismo radiofónico diferente do que existia. Estes fatores vão-se interligando e influenciando na construção de uma etapa que marcou a história da rádio. O jornalismo radiofónico nos anos 80 desenvolveu-se em novos eixos. As piratas foram a ‘escola’ de uma nova geração, locais de aprendizagem empírica e de experimentação que deram espaço à inovação. A formação nem sempre era um objetivo definido e planeado ou uma estratégia consciente com vista à real formação dos jornalistas. Mas a prática tinha por base dois pilares que marcaram o jornalismo radiofónico desta década: a reportagem e o direto (estando subjacente o improvisado). Mais do que construir alicerces teóricos, contribuir para a cultura geral ou especializada dos jornalistas, ou refletir sobre o jornalismo e os seus contextos, a aprendizagem tinha por principal objetivo ‘o saber fazer’ e encerrava-se em si própria. Cada uma à sua maneira, as piratas contribuíram para uma efetiva formação dos jornalistas radiofónicos que, mais tarde, se afirmaram noutros media: são a ‘Geração Pirata’ do jornalismo português. Partilham as mesmas raízes, um espírito comum e comungam da ideia de que mudaram o jornalismo radiofónico numa década ela própria em mudança.

Referências bibliográficas

- Bonix, L. (2015). *Jornalismo e jornalistas das rádios locais portuguesas*. <http://www.c3i.ipportalegre.pt/uploads/Jornalismo.pdf>.
- Bonix, L. (2016). Percursos da formação superior do jornalismo radiofónico em Portugal. *Media & Journalism*, 16 (28), 38-53.
- Bonix, L. (2019). As rádios locais em Portugal — da génese ao online. Contexto e prática do jornalismo de proximidade. ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA.
- Canavilhas, J. (2009). O ensino do jornalismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 6, 55-67.
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, 85-93.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. *Media e Jornalismo*, 8 (13).
- Cordeiro, P. (2004). *A rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Esteves, J. P. (1988). Comunicação regional e local, a situação da Imprensa e os grandes desafios do áudio-visual. *Comunicação e Linguagens*, 8, 55-69.
- Figueira, J. (2009). *Jornalismo em Liberdade*. Almedina.
- Garcia, L. & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses, Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, 93-114.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências da profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 63-91). Imprensa de Ciências Sociais.
- Graça, S. M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 133-168). Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, V. S. (1988). *Iniciação ao Jornalismo audiovisual. Imagem impressa, rádio, televisão, cinema*. Dinalivro.
- Marcos, L. H. (1988). Rádios locais: a lei e a realidade. *Cardernos de Jornalismo*. Centro de Formação de Jornalistas.
- Mendes, R. R. (2011). *A primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) — contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7240/1/renato.pdf>
- Mesquita, M. (1994). A educação para o jornalismo — Uma perspectiva sobre Portugal. *Intercom-Revista Brasileira de Comunicação*, XVII (2), 75-97.
- Mesquita, M. & Ponte, C. (1996-97). *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>
- Paquete de Oliveira, J. M. (2017). Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário. In Gustavo Cardoso (Org.), *Comunicação e quotidiano. José Manuel Paquete de Oliveira. Textos e intervenções (1983-2016)* (pp. 260-285). https://www.researchgate.net/publication/329027208_Comunicacao_e_Quotidiano_-_Jose_Manuel_Paquete_de_Oliveira
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 5, 59-62.
- Pinto, M. & Sousa, H. (2003). *Journalism education at universities and journalism schools in Portugal*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinto-manuel-sousa-helena-ensino-jornalismo01.pdf>
- Rebelo, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Gradiva
- Reis, A. I. (2014). As rádios piratas em Portugal: Contributos para um percurso. In Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro, Pedro Portela (Orgs.). *Das Piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. CECS — Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.
- Santos, R. (2017). *Estudos de rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora
- Santos, R. (2020). *Os microfones da rádio: do Portuense à Delírio*. Minerva Editora
- Sobreira, R. M. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, 3, 67-87.

Jornais, documentos audiovisuais e multimédia

- Adelino Gomes. Um estágio quase perfeito na Rádio Universidade (2.1.2019). *REC*. <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/02/adelino-gomes-radio-universidade/>
- Formar uma nova geração (29.8.1987). *Expresso*
- Livresoullocais: 'Piratas' há muitas (9.1.1987). *Jornal Ilustrado*
- Parabéns a Vocês (3.7.1986). *Diário Popular*
- Os Piratas do Éter (7.6.1986). *Expresso*
- Os rostos da Rádio Caos (7.10.1983). *Se7e*
- Rádio Azul começou na segunda, muita variedade nas emissões de estação local (26.6.1985). *Se7e*
- Rádio Azul ou o azul da rádio (5.7.1985). *Repórter de Setúbal*
- "Rádios Piratas" (2013). Perdidos e Achados. *SIC*
- Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios (2.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet*, [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/02/radios-piratas-dos-vaos-de-escada-aos-estudios/>
- Rádios Universitárias. (6.1.2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/06/episodio-1-radios-universitarias/>
- RUP: A liberdade de uma rádio pirata (10.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-a-liberdade-de-uma-radio-pirata/>,
- RUP: Dos amadores saiu uma rádio profissional (10.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet* [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-dos-amadores-saiu-uma-radio-profissional/>
- Setúbal já ouviu Rádio Azul, Som no Ar sem Lei nem Medo (3.7.1985). *A Capital*
- Um projecto sério pela mão de gente nova (19.1.1988). *Correio da Manhã*

Entrevistas pessoais

- Adelino Gomes (setembro e outubro de 2019)
- Elisabete Caramelo (outubro de 2019)
- Francisco Sena Santos (junho de 2019)
- Henrique Garcia (dezembro de 2019)
- Pedro Brinca (novembro de 2019)